



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

## PROJETO BÁSICO

Processo nº 23070.054096/2025-64

### OBRA COMUM

### CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90.003/2025-UFG

(PROCESSO SEI Nº 23070.054096/2025-64)

#### 1. OBJETO

1.1. A presente contratação tem por objeto a **contratação de empresa de engenharia para execução da obra de construção da portaria de acesso e estrutura urbana do Instituto de Inovação em Gestão da Universidade Federal de Goiás - UFG, Campus Cidade Ocidental.**

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR ESTIMADO TOTAL
01	Contratação de empresa de engenharia para execução da obra de construção da portaria de acesso e estrutura urbana do Instituto de Inovação em Gestão da Universidade Federal de Goiás - UFG, Campus Cidade Ocidental.	5622	Unid.	01	R\$ 10.835.429,45	R\$ 10.835.429,45
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO – R\$ 10.835.429,45 (dez milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e vinte e nove reais e quarenta e cinco centavos).						R\$ 10.835.429,45

1.2. O contrato terá vigência pelo período de 420 (quatrocentos e vinte) dias corridos, contados da assinatura do contrato.

1.2.1. O prazo para execução do objeto será de 300 (trezentos) dias, conforme cronograma anexado ao Termo de Referência.

1.3. O Regime de Execução será o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

1.4. O objeto da Licitação tem a natureza de OBRA, classificada como COMUM.

#### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo ao Termo de Referência.

2.2. Trata-se de obra de engenharia, em virtude da necessidade de execução de serviços que envolvem estruturas civis, instalações elétricas e intervenções urbanísticas, configurando atividade privativa de profissionais da área de engenharia civil e elétrica devidamente habilitados nos respectivos conselhos profissionais (CONFEA/CREA e CAU, conforme o caso). A execução compreende a implantação da portaria principal de acesso ao campus, intervenções de pavimentação e drenagem das vias internas e de entorno imediato, além da instalação de sistema de iluminação pública, de segurança perimetral e de sinalização urbana horizontal.

2.3. A presente contratação é estratégica para garantir o pleno funcionamento e a segurança patrimonial e de pessoas no campus da UFG de Cidade Ocidental - GO, atualmente em fase de consolidação física e acadêmica, para licitação.

2.4. A portaria principal constitui elemento essencial de controle de acesso, segurança e ordenamento da circulação de veículos e pedestres.

2.5. A pavimentação, sinalização e a iluminação são indispensáveis para o escoamento seguro do tráfego, prevenção de acidentes, e conforto aos usuários, além de atender às normas de acessibilidade e mobilidade urbana.

2.6. Essas intervenções garantem condições adequadas de uso da infraestrutura universitária, além de propiciar melhor integração do campus com o município, reforçando sua função de vetor de desenvolvimento regional.

2.7. **Necessidade Social e Constitucional:**

2.7.1. O município de Cidade Ocidental e a região do Entorno Sul do DF apresentam um contexto de forte crescimento populacional, precariedade de infraestrutura pública de ensino superior e déficit histórico de vagas em universidades federais, o que gera exclusão social e limita oportunidades profissionais para milhares de jovens e adultos.

2.7.2. A **Constituição Federal (arts. 205 e 211)** estabelece a universalização da educação pública, impondo ao Poder Público o dever de adotar medidas para ampliar a oferta, especialmente em áreas carentes de acesso. A implantação do campus da UFG realiza, na prática, o comando constitucional, sendo instrumento de redução de desigualdades e promoção da cidadania.

2.8. **Fundamentação Legal e Política de Expansão:**

2.8.1. A **Lei nº 14.133/2021** exige, como condição prévia à contratação de obras públicas, a demonstração objetiva da demanda, a viabilidade técnica, a compatibilidade do projeto com os interesses da Administração e a vantajosidade em relação a alternativas (**artigos 11, 18 e 24**), desta forma, acosta-se como documento integrante do Processo Licitatório da Obra, sua formalização de demanda, além da justificativa de expansão já prevista no **PDI 2023 – 2027**, combinado com as diretrizes do **PAC 2024** do Governo Federal, quanto a expansão da Rede Pública Federal de Ensino Superior. Somando-se a estes fatores estão as prerrogativas de ampliação das áreas de atuação da Universidade Federal de Goiás – UFG, no sentido de abranger a modernidade do mercado, com a abertura de Cursos em Níveis de Tecnologia da Informação, inclusive a vantajosidade da solução de edificar prédio próprio se contrapõe ao uso de edifícios alugados ou cedidos, que não possuem estrutura adequada para atender as demandas dos discentes e docentes do Município de Cidade Ocidental.

2.8.2. O Plano Nacional de Educação - PNE e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da UFG priorizam políticas de interiorização e ampliação do ensino público superior, com a finalidade de alcançar populações vulneráveis e impulsionar o desenvolvimento local/regional.

2.9. **Impacto Social, Educacional e Econômico:**

2.9.1. Estudos revelam que a presença de uma universidade federal gera intensa mobilização regional, reduz o êxodo estudantil, aumenta o índice de formação superior, promove a inclusão social, estimula a inovação científica/tecnológica e impulsiona setores produtivos locais.

2.9.2. O campus previsto ofertará cursos em áreas estratégicas (Ex.: Engenharia, Gestão, Tecnologia e Saúde), gerando empregos diretos e indiretos e dinamizando o comércio, serviços e renda regionais, em plena consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da ONU e diretrizes do MEC.

2.10. **Impossibilidade de Solução Alternativa:**

2.10.1. Não há, no município ou região próxima, estruturas públicas capazes de abrigar o novo campus ou atender à demanda potencial. A construção é, portanto, a única solução tecnicamente viável para garantir o acesso da população a ensino superior federal de qualidade, dentro dos padrões de acessibilidade, sustentabilidade e inovação exigidos pela legislação atual.

2.11. **Regularidade, Viabilidade e Racionalidade:**

2.11.1. O projeto conta com terreno doado, previsão orçamentária federal, matrizes de custos baseadas em parâmetros oficiais (SINAPI), análise de ciclo de vida, previsão de expansão modular e adequação às normas ambientais e urbanísticas.

2.11.2. Todos os requisitos de habilitação, sustentabilidade, planejamento e controle da execução da obra serão observados, mitigando riscos de aditivos, atrasos e superfaturamento e assegurando transparência, economicidade e eficiência.

2.12. Neste diapasão, a contratação para construção da obra do campus UFG em Cidade Ocidental é plenamente justificada:

2.12.1. Atende diretamente às demandas constitucionais e legais.

2.12.2. Representa a solução tecnicamente mais adequada, viável e vantajosa.

2.12.3. Garante impactos expressivos na educação, no desenvolvimento econômico e social regional e na inclusão de segmentos vulneráveis.

2.12.4. Observa todas as exigências legais, orçamentárias, ambientais e estruturais previstas pela Lei 14.133/2021 e políticas nacionais de educação superior.

2.13. Além de todos os apontamentos, é mister destacar que a implantação do Campus de Cidade já estava prevista no **PDI 2011 - 2017**, em sua Meta número 5, qual seja “Criar novos cursos de graduação, pós-graduação e novas turmas de graduação, prevendo a expansão dos recursos humanos (professores e técnicos administrativos em Educação (TAE)), das áreas físicas, e a aquisição de equipamentos e materiais permanentes”. Ademais, no **PDI 2023 - 2027** continuou a previsão de criação do Câmpus Cidade Ocidental.

2.14. Desta forma, a implantação do campus da UFG em Cidade Ocidental é constitucionalmente legítima, socialmente relevante e tecnicamente viável, apoiando-se em diretrizes legais, demandas comprovadas da população regional e em políticas públicas de educação superior, cuja finalidade é universalizar o acesso, promover o desenvolvimento e contribuir com a justiça social e econômica da região.

2.15. **Características Arquitetônicas:**

2.15.1. A contratação abrange a implantação de um edifício, destinado a Portaria de Acesso e a estrutura urbana que circunda a Portaria, Cancelas de Entrada e Saída e Segurança, além do espaço em torno do Edifício Principal (7.266,07 m<sup>2</sup>) e do Almoxarifado (310,54 m<sup>2</sup>).

2.15.2. A obra toda da **Portaria de Acesso** totaliza **454,75 m<sup>2</sup>** de área edificada.

2.15.2.1. Área de Convivência, com layout em mobiliário flexível, com janelas e mobiliário para estudo e refeição;

2.15.2.2. Sala de Reuniões, com mesas de trabalho e infraestrutura de rede elétrica e lógica adequada;

2.15.2.3. Caixa de Areia para uso de Segurança e Armamento;

2.15.2.4. Sanitário Masculino, Sanitário Feminino e Depósito de Materiais e Limpeza;

2.15.2.5. Copa/Cozinha;

2.15.2.6. Cobertura;

2.15.2.7. Guarita de Monitoramento - Vidro;

2.15.2.8. Cancelas de Acesso de Veículos e Pedestres

2.15.2.9. Área de Estacionamento e Pavimentação – 3.500 m<sup>2</sup>.

2.15.3. A obra será implantada em terreno de 500.592,57 m<sup>2</sup>, com topografia acidentada e movimentação de terra. A implantação respeita as curvas de nível naturais. A acessibilidade será garantida por rampas, vez que a edificação será plana.

2.15.4. A solução estrutural compreende laje nervurada aparente, estrutura de concreto armado (vigas e pilares), divisórias internas em gesso acartonado com isolamento termoacústico, esquadrias com proteção solar em elementos vazados de concreto impermeabilizados e tubulações elétricas aparentes. A cobertura será em concreto. Estão previstas lajes técnicas para instalação de condensadoras e infraestrutura para futura instalação de painéis fotovoltaicos. O projeto também contempla sistema de drenagem pluvial com coleta direcionada a caixas de recarga do lençol freático.

2.15.5. A iluminação será em LED com temperatura de cor amarelada, com projeto luminotécnico específico. O projeto prevê uso de materiais de alta durabilidade e baixo custo de manutenção, como piso em granitina.

2.15.6. Todos os ambientes, materiais e sistemas construtivos foram concebidos de acordo com as normas da ABNT, legislação urbanística local, diretrizes de acessibilidade e sustentabilidade ambiental, e demais parâmetros institucionais da UFG.





Fonte: Google Earth – Área da Obra – Cidade Ocidental – UFG.



Fonte: Google Earth – Área da Obra – Cidade Ocidental – UFG – Detalhe da Distância dos Aglomerados Urbanos.



Fonte: Google Earth – Área da Obra – Cidade Ocidental – UFG – Detalhe – Entrada da Área.

BLOCO	ÁREA / m <sup>2</sup>
Edifício Principal	7.266,07 m <sup>2</sup>
Edifício Secundário	310,54 m <sup>2</sup>
<b>Portaria de Acesso</b>	<b>454,75 m<sup>2</sup></b>
<b>Pavimentação Asfáltica</b>	<b>3.500 m<sup>2</sup></b>
Total Edificado	7.576,61 m <sup>2</sup>

<b>Terreno Total</b>	<b>500.592,57 m<sup>2</sup></b>
----------------------	---------------------------------

## 2.16. Descrição da Solução Construtiva

2.16.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico.

2.16.2. A solução, diante do exposto neste estudo, consiste basicamente na terceirização de serviços especializados para atender as necessidades da Universidade Federal de Goiás – UFG, através da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para execução de obra pública, com o total de **454,75 m<sup>2</sup>** de área edificada e **3.500 m<sup>2</sup>** de área pavimentada, para edificação da Portaria de Acesso e Estrutura Urbana da construção do Instituto de Inovação em Gestão da UFG, no Município de Cidade Ocidental – GO.

2.16.3. As informações dispostas no ETP, e eventuais, complementações da caracterização do objeto no Termo de Referência, além de todas as Peças Técnicas, são os parâmetros necessários para a fase de seleção e gestão contratual, no intuito de garantir a contratação de empresa que venha a atender às necessidades e produzir os resultados pretendidos.

2.16.4. Solução construtiva:

2.16.4.1. Laje nervurada aparente, estrutura em concreto armado (vigas, pilares).

2.16.4.2. Divisórias internas em gesso acartonado (isolamento termoacústico).

2.16.4.3. Esquadrias em elementos vazados de concreto impermeabilizados (proteção solar).

2.16.4.4. Tubulação aparente para instalações elétricas.

2.16.4.5. Cobertura de concreto, lajes técnicas para condensadoras e infraestrutura para painéis fotovoltaicos.

2.16.4.6. Sistema de drenagem pluvial direcionado a caixas de recarga do lençol freático.

2.16.4.7. Iluminação em LED amarelada, projeto luminotécnico para conforto visual.

2.16.4.8. Materiais de alta durabilidade, baixo custo de manutenção (piso granitina, porcelanato, textura granulada).

2.16.4.9. Total conformidade com normas da ABNT de acessibilidade e sustentabilidade.

2.16.5.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo ao Termo de Referência.

3.2. As informações dispostas no ETP, e eventuais, complementações da caracterização do objeto no Termo de Referência, além de todas as Peças Técnicas, são os parâmetros necessários para a fase de seleção e gestão contratual, no intuito de garantir a contratação de empresa que venha a atender às necessidades e produzir os resultados pretendidos.

3.3. Solução construtiva:

3.3.1. Laje nervurada aparente, estrutura em concreto armado (vigas, pilares).

3.3.2. Divisórias internas em gesso acartonado (isolamento termoacústico).

3.3.3. Esquadrias em elementos vazados de concreto impermeabilizados (proteção solar).

3.3.4. Tubulação aparente para instalações elétricas.

3.3.5. Cobertura metálica com telhas termoacústicas brancas, lajes técnicas para condensadoras e infraestrutura para painéis fotovoltaicos.

3.3.6. Sistema de drenagem pluvial direcionado a caixas de recarga do lençol freático.

3.3.7. Iluminação em LED amarelada, projeto luminotécnico para conforto visual.

3.3.8. Materiais de alta durabilidade, baixo custo de manutenção (piso granitina, porcelanato, textura granulada).

3.3.9. Total conformidade com normas da ABNT de acessibilidade e sustentabilidade.

## 4. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de Obra Especial a ser contratada mediante Licitação, na **Modalidade Concorrência Eletrônica**.

4.2. A Execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.3. O modo de disputa será **ABERTO**, finalizando com a fase **ABERTA**

4.4. O Critério de Julgado da proposta é o **MAIOR DESCONTO GLOBAL**.

**5. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

5.1. Os critérios de Vistoria constam pormenorizados no Termo de Referência.

5.2. Eventuais dúvidas decorrentes da vistoria deverão ser dirimidas por escrito junto à SEINFRA/UFG, direcionados ao e-mail [licitacao.seinfra@ufg.br](mailto:licitacao.seinfra@ufg.br), antes da data fixada para a sessão pública.

5.3. Por ocasião da vistoria, o licitante, ou o seu representante legal, poderá obter as informações relativas ao objeto da licitação, acessando o endereço eletrônico [www.seinfra.ufg.br](http://www.seinfra.ufg.br), clicando no menu "Licitações" e em seguida, escolhendo os arquivos digitais demandados/necessários para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta; ou ainda, acessando o endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

**6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1. As obrigações da Contratante encontram-se pormenorizadas no Contrato.

**7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. As obrigações da Contratada encontram-se pormenorizadas no Contrato, Termo de Referência de demais anexos do Edital.

7.2. Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico, Peças Técnicas e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas em todas as Peças Técnicas e em sua proposta.

7.3. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nºs 6.496/77 e 12.378/2010).

7.4. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

7.5. Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do inciso III do § 4º do art. 42 do Decreto nº 7.541/2011.

7.6. Após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial com a contratante para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**8. DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto principal do Processo Licitatório.

8.2. Todavia, as subcontratações possíveis em uma obra nova, deverão ser autorizadas pela UFG.

**9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

9.1. Não haverá rescisão contratual em razão de fusão, cisão ou incorporação do contratado, ou de substituição de consorciado, desde que submetida à aprovação da Contratante e mantidas as condições de habilitação previamente atestadas.

**10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

10.1. Os critérios de Controle e Fiscalização da execução constam pormenorizados no Termo de Referência.

10.2. O acompanhamento e a fiscalização (**Decreto nº 11.246/2022**) da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados para a função.

10.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico e em todas as demais peças técnicas.

10.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133/2021.

- 10.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e demais peças técnicas, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 10.6. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.
- 10.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto em legislação pertinente.
- 10.8. As atividades de gestão e fiscalização técnica e administrativa da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores e equipe de fiscalização, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 10.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 10.10. O fiscal técnico (**Decreto nº 11.246/2022**) deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 10.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 10.12. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 10.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 10.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 10.15. Cumpre, à fiscalização administrativa (**Decreto nº 11.246/2022**):
- 10.15.1. Solicitar, mensalmente, por amostragem, que a contratada apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto:
- 10.15.1.1. ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário
- 10.15.1.2. à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional
- 10.15.1.3. à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido.
- 10.15.1.4. aos depósitos do FGTS.
- 10.15.1.5. ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 10.15.2. Solicitar, por amostragem, aos empregados da contratada, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado.
- 10.15.3. Oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS.
- 10.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com a Lei nº 14.133/2021.
- 10.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do

registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (**Decreto nº 11.246/2022**).

10.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

10.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

10.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

10.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 11. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto constam pormenorizados no Termo de Referência.

11.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços discriminados nesse Instrumento.

11.3. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

11.4. **Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.**

11.5. A CONTRATADA também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

11.6. O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

11.6.1. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

11.6.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

11.6.3. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

11.6.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

11.6.5. A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

11.7. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

11.7.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais



documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

11.7.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

11.7.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

11.8. No prazo de até 90 (noventa) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

11.8.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

11.8.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

11.8.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

11.9. O recebimento provisório da última etapa da obra é condicionada, além da execução do objeto em si, à entrega dos *"as built"*.

11.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

11.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 12. DO PAGAMENTO

12.1. Os critérios de Pagamento constam pormenorizados no Termo de Referência.

12.2. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.3. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.4. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.6. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

12.7. O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do contrato.

12.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

**EM = I x N x VP**, sendo:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela a ser paga.

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

**I = (TX) I** = ( 6 / 100 ) / 365 **I** = 0,00016438 **TX** = Percentual da taxa anual = 6 %

### 13. REAJUSTE

13.1. Os critérios de reajuste constam pormenorizados no Termo de Referência.

13.2. Após o interregno de um ano, contado da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Construção Civil (INCC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. O poderá ser realizado por apostilamento.

13.4. No caso de atrasos na execução e entrega da obra e havendo, comprovadamente, culpa da CONTRATADA, não há que falar em reajuste decorrente da anualidade.

### 14. GARANTIA DE PROPOSTA

14.1. A exigência de garantia de proposta é medida amparada no **art. 58 da Lei nº 14.133/2021**, que, como instrumento de pré-habilitação, permite à Administração solicitar aos licitantes a comprovação de **recolhimento de valor a título de garantia de proposta em percentual não superior a 1% do valor estimado da contratação**.

14.1.1. Trata-se de instituto que busca reforçar a seriedade das propostas apresentadas e mitigar riscos típicos do processo licitatório, que deverá ser realizada até o dia anterior da data da Sessão Pública.

14.2. A Garantia de Proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei 14.133/2021;

14.3. A imposição desta garantia visa:

14.3.1. Salvar o interesse público, protegendo a Administração contra prejuízos decorrentes de comportamentos oportunistas, como desistência sem justificativa após a adjudicação ou não apresentação da documentação exigida para a assinatura contratual.

14.3.2. Desestimular a participação de empresas sem reais condições de cumprir as obrigações assumidas e de licitantes "aventureiros", elevando o comprometimento com a execução do objeto e aumentando a segurança do processo.

14.3.3. Garantir, conforme entendido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), maior lisura e previsibilidade ao processo licitatório em obras de vulto e relevância estratégica, sem restringir a competitividade.

14.4. Ressalta-se que:

14.4.1. O valor de 1% está estritamente em conformidade com o limite máximo fixado na legislação.

14.4.2. A garantia será restituída no prazo legal, não havendo retenção indevida de recursos dos licitantes.

14.4.3. O projeto básico detalha a exigência para todos os licitantes, em igualdade de condições, permitindo que a garantia seja prestada, à escolha do licitante, por caução, seguro-garantia ou fiança bancária, conforme o **§ 1º do art. 96 da Lei 14.133/2021**.

14.5. Portanto, considerando ser uma Obra de Engenharia Especial, com uma complexidade construtiva, além do valor envolvido e da necessidade de maior segurança nas contratações, faz a previsão da garantia de proposta – limitada a 1% do valor estimado – como medida plenamente legal, razoável e técnica, para reforçar o compromisso dos participantes, sem gerar ônus desproporcional ou restrição injustificada à competitividade do certame.

### 15. GARANTIA DA EXECUÇÃO

15.1. A garantia de execução consta pormenorizada no Termo de Referência.

15.2. *O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.*

15.3. *No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.*

15.4. *A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).*

15.5. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe a legislação vigente.*

15.6. **A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta da Caixa Econômica Federal, Agência nº 00667 (Campus Samambaia), Operação 10, com correção monetária.**

15.7. *A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.*

15.8. *A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.*

15.9. Será exigida **garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei, devendo esta ser prestada no mesmo prazo da Garantia da Execução.

## 16. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. As sanções administrativas constam pormenorizadas no Termo de Referência e no Edital.

16.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784/1999.

16.2.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

16.2.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas

16.3. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.4. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

## 17. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

17.1. Os critérios de Seleção do Fornecedor constam pormenorizados no Termo de Referência e no Edital.

17.2. Os critérios de **qualificações técnicas operacional e profissional** a serem atendidos pelo fornecedor serão:

17.2.1. *Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo anexo ao Edital.*

17.2.1.1. *A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

17.2.2. Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) do estado de Goiás, em plena validade.

17.2.2.1. No caso de a Contratada possuir CREA de outra localidade, deverá apresentar visto do CREA/GO, previamente à contratação, em sua plena validade, com indicação do objeto social compatível com o presente termo de referência, de acordo com o disposto no **Inciso V do Art. 67 da Lei nº 14.133/2021**.

17.2.2.2. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

17.2.3. Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta:

17.2.3.1. 01 (um) profissional Engenheiro Civil habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA; ou Arquiteto e Urbanista habilitado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU; ou Tecnólogo em Construção Civil habilitado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, que será(ão) responsável(is) técnicos pelos serviços objeto deste processo.

17.2.3.2. 01 (um) profissional Engenheiro Eletricista habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, que será responsável técnico pelos serviços objeto deste processo.

17.2.3.3. 01 (um) profissional Engenheiro Mecânico habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, que será responsável técnico pelos serviços objeto deste processo.

17.3. Entende-se como pertencente ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

**18. ESTIMATIVA DE PREÇOS**

18.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 10.835.429,45 (dez milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e vinte e nove reais e quarenta e cinco centavos)**.

18.2. Tal valor foi obtido a partir de elaboração de planilha orçamentária detalhada, obedecendo os requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Federal nº 11.246/2023.

**19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

19.1. Dotação orçamentária da contratação a ser utilizada:

19.1.1. Gestão/Unidade: 15226/26235;

19.1.2. Fonte de Recursos: 1000A0008U;

19.1.3. PTRES: 229567;

19.1.4. Natureza de Despesa: 449051;

19.1.5. Centro de Custos: TED 15344/2025 - NOVO CAMPUS DA CIDADE OCIDENTAL - UFG. (11.34.12.03.13);

19.1.6. Classificação da ação: PROJETO.

19.2. Despesa devidamente aprovada pelo ordenador de despesas, por meio de Declaração de Disponibilidade Orçamentária motivada, conforme elementos técnicos fundamentais, bem como elementos contidos no orçamento estimativo e no cronograma físico-financeiro de desembolso, outrora elencados (veja Documento SEI nº 5751321).

**20. ANEXOS**

20.1. Integram este Projeto Básico, para todos os fins e efeitos, os seguintes **Anexo**:

20.1.1. Anexo I – Estudos Técnicos Preliminares nº 334/2025-UFG;

**Goiânia/GO, na data da assinatura.**

**BRAULIO VINICIUS FERREIRA**

Professor do Magistério Superior - Matrícula nº 1917022/SIAPE

Faculdade de Artes Visuais -FAV

Universidade Federal de Goiás - UFG

**MÁRCIO MEDEIROS OLIVEIRA**

Administrador - Matrícula nº. 1479325/SIAPE

Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA

Universidade Federal de Goiás - UFG

**BRUNA MELO SILVA**

Contador - Matrícula nº. 3334781/SIAPE

Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA

Universidade Federal de Goiás - UFG



Documento assinado eletronicamente por **Braulio Vinicius Ferreira, Professor do Magistério Superior**, em 30/10/2025, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruna Melo Silva, Contador**, em 30/10/2025, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Medeiros Oliveira, Administrador**, em 31/10/2025, às 08:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5752057** e o código CRC **A5B94586**.